



ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS UTILIZADAS POR PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO

COSTA, A P¹; GOMES JÚNIOR, J de S²; DA SILVA, E M P³; ARAÚJO, E K F⁴;
DOS SANTOS, W L⁵

Eixo Temático: Formação profissional em Atividade Motora Adaptada

RESUMO

A prática docente é a ação do professor que observa o ensino e a aprendizagem do aluno, sendo o docente, um ser histórico e cultural, sua ação é intervir com conjunto de saberes que inclui os saberes provenientes: pessoais, da formação, dos materiais didático-pedagógicos que utiliza e provenientes da própria atividade docente. Tendo como objetivo analisar as estratégias de ensino e avaliação do professor universitário para inclusão de uma aluna com baixa visão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva. A amostra foi composta por 11 professores que lecionaram a uma aluna com baixa visão no curso de Educação Física. Foi realizada entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, e utilizou-se a análise de conteúdo por categorias para analisar os resultados. Os professores utilizam adaptações metodológicas nas aulas e no processo de avaliação, porém, um ponto negativo é não ser comunicado da existência da aluna com antecedência e pontos positivos como a descoberta de adaptações na prática docente. Acredita-se que essa pesquisa seja o ponto pé inicial, pois surgirão novas fontes de conhecimentos em relação as adaptações na prática docente e como sugestão a construção de um núcleo de apoio a pessoa com deficiência.

Palavras-chaves: Inclusão. Ensino Superior. Professor Universitário. Baixa Visão.

¹ Mestre Ensino em Ciências da Saúde. Coordenadora de Pós-graduação do Centro de Formação Profissional Espaço Ciência. Maceió/AL. E-mail: paullinhamcz@gmail.com.

² Mestre em Dinâmicas do Espaço Habitado. Instituto Federal do Piauí. Floriano/PI. E-mail: jr.desenho@hotmail.com.

³ Graduando Bacharelado em Educação Física. Faculdade Estácio de Alagoas. Maceió/AL. E-mail: emersonmichaelp@hotmail.com

⁴ Graduada Bacharelado e Licenciatura em Educação Física. Maceió/AL. E-mail: evelinekelle@hotmail.com.

⁵ Especialista em Educação Física Escolar. Maceió/AL. E-mail: wemy.clenia@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A partir da década de 90, três documentos deram base a educação inclusivas, a Declaração de Jomtien que transforma o sistema de educação em inclusivo, Declaração de Salamanca com educação para todos e, Convenção de Guatemala que elimina todas as discriminações contra Pessoas com Deficiência (PcD) (POKER; VALENTIM; GARLA, 2018). No Brasil, surge a Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96 que estabelece o direito a todos a educação, sendo o dever do Estado e da família promovê-la. Inicia o Programa Incluir, de acessibilidade na educação superior que determina que os estabelecimentos de ensino público ou privado proporcionarão condições de acesso e utilização dos ambientes para PcD ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, instalações desportivas, laboratórios etc. (BRASIL, 2007).

O acesso no Ensino Superior é escasso, porém existe um número que conseguem ingressar. Leite e Silva (2006) mostram a inserção de alunos com deficiência visual em uma Instituição de Ensino Superior (IES), possibilitando acesso a determinado lugar ou capacidade de usar um equipamento onde o aluno é pouco consultado e compreendido. A inclusão vai além do acesso com participação ativa nas atividades, busca sempre os ouvir, dando-lhes autonomia para que suas necessidades sejam atendidas.

Os recursos didáticos com os alunos cegos ou baixa visão são procedimentos que devem passar por adaptações para atender as necessidades de aprendizagem, cabendo ao professor perceber se o aluno está sendo receptivo a estratégia de ensino, e relacionando a nova informação com seus conhecimentos e experiências prévias (SILVA, 2006). Os materiais quando o professor for preparar suas atividades, precisa rever as características individuais, reações emocionais, tipo de perda, experiências visuais e aceitação frente à deficiência do aluno (DOMINGUES, 2010). O apoio de monitoria é uma solução que auxiliam na interpretação do conteúdo oferecido pela IES, sendo este muito bem dosado para não criar dependência (BARANAUSKAS; MANTOAN, 2000).

Outras conquistas precisam ser alcançadas, como as adaptações nos instrumentos de avaliação e no tempo de execução, embora este direito já esteja assegurado no Art. 27 do Decreto Nº 3.298 de 1999. Em relação às IES, devem assegurar aos alunos que fizerem solicitação prévia, como adaptações de provas e apoios necessários, inclusive tempo adicional para a realização (BRASIL, 1999).

Guimarães e Aragão (2010) afirmam que a inclusão no ensino superior é uma realidade com as mesmas dificuldades de outros níveis educacionais como, a falta de recursos humanos especializados, indisponibilidade para desenvolver um trabalho pedagógico que atenda às necessidades específicas, ausência de materiais adequados e indiferença por parte de alunos e professores. Porém, o aluno com deficiência visual não é incapaz de aprender, precisa de cuidados na metodologia, didática do professor e acessibilidade às matérias complementares (SANTOS; SAKAGUTI, 2011).

O referido estudo tem como objetivo analisar as estratégias de ensino e avaliação nas disciplinas referente ao curso de Educação Física utilizadas pelo professor universitário para inclusão de uma aluna com baixa visão.



MÉTODOS

A referida pesquisa tem uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva. O estudo é de um projeto guarda-chuva intitulado: Prática docente no ensino superior: diálogo com professores sobre a inclusão de alunos com baixa visão no curso de Educação Física, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da faculdade Estácio de Alagoas sobre o Parecer Nº 1.380.818. Após a aprovação foi realizada uma nova visita a IES para que fosse explicado o objetivo e retirado as dúvidas, além de ser entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de acordo com a Resolução 466/12 para os professores que assinaram em duas vias para autorizar sua participação.

A amostra foi por conveniência, composta por 11 professores (faixa etária entre 25 a 58 anos, sendo 04 do sexo masculino e 7 feminino) de uma IES privada que lecionaram uma aluna com baixa visão no curso de Educação Física durante o primeiro ao quarto período. Para caracterizar a amostra, foi criado o quadro 1, e a sigla P1 ... P11 para simbolizar os professores e manter o anonimato.

QUADRO 01: Caracterização dos participantes

PROF	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	IES DE FORMAÇÃO	ANO FORMAÇÃO	TEMPO DE DOCÊNCIA
P1	Educação Física	Pública	1991	6 anos
P2	Medicina	Pública	1981	26 anos
P3	Educação Física	Pública	2009	3 anos
P4	Educação Física	Pública	2012	1 ano e 10 meses
P5	Fisioterapia	Privada	2007	4 anos
P6	Biologia	Pública	1988	14 anos
P7	Educação Física	Privada	2007	1 ano e 6 meses
P8	Pedagogia	Privada	2001	16 anos
P9	Educação Física	Privada	2000	7 anos
P10	Educação Física	Pública	2003	10 anos
P11	Psicologia	Privada	2003	3 anos

Para coletar os dados foi realizada uma entrevista semiestruturada, em uma sala previamente reservada com o pesquisador e o participante para manter o anonimato, com duração de 30 a 50min. O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes, a primeira caracterização dos participantes, e a segunda caracterização dos objetivos com 12 perguntas abertas, sendo o mesmo roteiro para todos os professores. A fim de analisar os resultados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo por categorias. Para que ocorresse a análise houve a transcrição dos áudios das entrevistas gravadas com autorização dos participantes após assinatura TCLE.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Categoria I: Estratégias de ensino-aprendizagem

P1: “No salto sobre o cavalo, batia no cavalo para saber mais ou menos a aproximação, contava as passadas”.

P3: “[...] mandava o material em PDF para ler antes da aula [...] atividades práticas sempre em dupla, materiais grandes com cores chamativas, chão colorido, utilizava o tato e colaboração dos colegas, sempre conversávamos e trocávamos ideias [...]”.

P5: “[...] percepção tátil dando referências distais, proximais e laterais, utilizando as texturas das peças sintéticas, nas cadavéricas não era possível perceber”.

P6: “Quando falava do cromossomo condensado, pegava o espiral do caderno e esticava para mostrar que a cromatina tem partes mais e menos espiraladas”.

P7: “[...] criei uma pista de atletismo com elevações para sentir as diferenças, tateando de forma oval, e o campo de outra forma [...] Nas aulas práticas delimito espaços com cones ou fitas, tinha que ser sinalizações chamativas, grandes para não passar do ponto de referência”.

P9: “[...] o peso corporal na balança coloquei arames e tinha que tocar os fios mais alto que era quilo, e os mais baixos gramas. Pontos anatômicos para medidas foram adesivos fofinhos, tocava e colocava alguma coisa para dizer aqui é o cotovelo, ombro com texturas eram diferentes. Adaptei trena com um adesivo passando a fita nos centímetros para tatear e contar para verificar a medida”.

P10: “procurava sempre ditar e escrever, autorizei gravar as aulas, não foi necessário fazer nenhuma adaptação”.

Nas estratégias de ensino e as adaptações dois professores disseram que não realizou adaptações nas aulas teóricas, porque a aluna gravava as aulas. Será que isso é o suficiente para incluir? Os professores poderiam perguntar se estava entendendo o conteúdo, se tinha alguma dúvida, se conseguia visualizar as imagens, quais adaptações seriam adotadas.

Nas aulas práticas que eram realizadas na quadra poliesportiva, P3 relatou que as atividades eram em duplas para promover a socialização da aluna com as atividades para melhor entendimento. A maioria das adaptações realizadas pelos professores não tiveram apoio da IES para confecções, adaptações dos materiais e escassez de recursos didáticos pedagógicos e materiais. Os professores trocavam ideias e experiências, e isso poderia ser minimizado com a criação do Núcleo de Apoio a PcD.

Selau e Hammes (2014) afirmam que as adaptações dos recursos, material pedagógico, comunicação, equipamentos tecnológicos, recursos físicos, devem ser



procurados pelos gestores institucionais e proporcionadas pelos professores para mediar o aprendizado dos conteúdos científicos por todos os estudantes. Não ficar só no papel, os professores têm que buscar novos conhecimentos e se especializar, a fim de melhorar sua prática docente para a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

Categoria II: Estratégias de avaliação

P1: “A avaliação foi feita de forma oral. E as práticas eram através das batidas nos aparelhos”.

P3: “Gravei a prova, utilizou fone de ouvido para ter autonomia. Fiz um gabarito diferente com letra grande [...]”.

P5: “A prova prática era individual, durante 10 minutos tateava as peças e dizia a estrutura. Aas teóricas sem adaptações, um leitor de uma instituição para cegos lia as questões”.

No processo de avaliação os professores adaptaram as provas de forma oral, por meios de gravação com fones de ouvido e de forma tátil para incluir a aluna. Para Diaz *et al.* (2009), o processo de avaliação precisa de provas em Braille ou aplicadas de forma oral, gravadas em aparelhos de áudio, provas com textos ampliados. Figuras, tabelas e gráficos recomenda-se a retirada, mas se for necessário tem que ser feito em materiais em alto relevo e o aluno recebe indicação de como posicionar a folha para proceder a leitura.

CONCLUSÕES

Este estudo veio mostrar a necessidade da inclusão no ensino superior, na parte pedagógica e prática docente. As dificuldades e facilidades na prática pedagógicas dos docentes, no surgimento de novas adaptações metodológicas tanto nas aulas práticas e teóricas no processo de avaliação e verificar que os docentes têm que adquirir e aprofundar o conhecimento, também conhecer as políticas de inclusão tanto pedagogicamente falando e socialmente na inserção desta pessoa com deficiência no mercado de trabalho e buscar informações em relação às adaptações, que muito se fala e pouco se faz.

REFERÊNCIAS

BARANAUSKAS, M. Cecília C. e Mantoan, M. Teresa Eglér. **Acessibilidade em Ambientes Educacionais:** para Além das Guidelines. In Quevedo, A. A. F.; Oliveira, J. R. e Mantoan, M. T. E.. Mobilidade, Comunicação e Educação: Desafios à Acessibilidade. Campinas, SP, WVA Editora e Distribuidora Ltda.



BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 14, de 24 de abril de 2007** (Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa_incluir.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

DÍAZ, Félix *et al.* **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/170/1/Educacao%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

DOMINGUES, Celma dos Anjos *et al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: os alunos com deficiência visual e cegueira. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 3.

GUIMARÃES, C. F.; ARAGÃO, A. L. A. **Reflexões sobre as políticas e ações institucionais**: a caminho da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior de Natal-RN. In: IV Seminário nacional sobre educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais, 2010.

LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira; SILVA, Glicélio Ramos. **Inclusão da pessoa com deficiência visual nas instituições de educação superior de Belo Horizonte**. 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-0151.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018: 127-134. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-127.pdf>. Acesso em: 25 Ago. 2018.

SANTOS, Danielli Leonel; SAKAGUTI, Paula Yamasaki. **A inclusão do aluno com deficiência visual no ensino superior**. 2011. Disponível em: http://www.webartigos.com/_resources/files/_modules/article/article_84365_20120219224331cc39.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

SELAU, Bento; HAMMES, Lúcio Jorge. **Inclusão de cegos na educação superior**: algumas estratégias para superação de obstáculos. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego, em classe regular**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos *et al.* (Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.